Para Demo (2001), a participação é um exercício democrático, através do qual a sociedade civil manifesta suas escolhas, mantendo ou substituindo pessoas. Enfim, "participação é um processo de conquista" (DEMO, 2001, p. 21), onde a cidadania pode ser vista como qualidade social, produto de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres, em sua grande maioria reconhecidos.

Dessa forma, é de fundamental importância colocar que todos os membros da sociedade devem partilhar de um conjunto de direitos e deveres comuns. A cidadania, então, deve ser vista em sua totalidade, o que envolve questões de autonomia, democracia e, como conseqüência, desenvolvimento social.

A democracia pode ser vista, segundo Vieira (1998), como um processo que acontece pelo reconhecimento dos direitos sociais, onde ocorre efetiva participação de todos os cidadãos nos mecanismos de controle de decisão:

A cidadania fundamenta-se no princípio de que as pessoas são iguais unicamente perante a lei, porque a cidadania consiste em instrumento criado pelo capitalismo para compensar a desigualdade social, isto é, a situação em que alguns acumulam riquezas, propriedades, enquanto outros não. Então não existe cidadania sem garantia de direitos, sem igualdade jurídica (VIEIRA, 1998, p. 10)

Neste sentido, a igualdade civil e política torna-se exigência no processo de consolidação democrática.

A autonomia deve ser entendida como a possibilidade de decisão e escolha, sem que haja coerção por parte de outras pessoas.

Diante destes fatos, pode-se dizer que o processo de emancipação e resgate da cidadania se dá, primeiramente, através da educação, o que culminará com o desenvolvimento social.

Considerando a importância da educação para que as pessoas possam participar democraticamente das decisões e assim exercer a cidadania, é necessário que a sociedade volte-se para problemas ainda existentes. Muitas pessoas não tiveram acesso à escola na idade normal ou deixaram os estudos, tornando-se estatisticamente um problema social.

O analfabetismo não é um problema individual, mas social. Ler e escrever são direitos de todos os cidadãos. É necessário criar condições favoráveis para que o aprendiz possa aos poucos dominar o código da escrita. A proposta é acreditar na capacidade do alfabetizando; ninguém é analfabeto por opção, ninguém opta pela pobreza. O aluno adulto também é um sonhador e tem o direito de exercer sua cidadania.

Alfabetizar é desenvolver no indivíduo a construção de conhecimento em todas as áreas de conteúdos, seja qual for a sua situação social, econômica ou política, para que ele atue, na vida e no mercado de trabalho, com espírito de interação, respeitando e fazendo-se respeitar dentro da sociedade em que vive. Alfabetização é o processo da descoberta, da codificação e

decodificação dos símbolos, produzindo expressões de suas idéias, sendo sujeito do seu próprio conhecimento.

O trabalho da educação de adultos, neste projeto, tem um movimento diferenciado, longe daquele trabalho formal de sala de aula, mas com a mesma proposta: "ensinar por quê, para quê e como".

Segundo Freire (1997), educar é construir e libertar o ser humano do determinismo do sistema vigente.

Entretanto, ensinar requer aceitar os riscos de desafiar o novo, rejeitando quaisquer formas de preconceito que separem as pessoas em raças, classes ou credos, situações sociais, culturais ou políticas.

Assim, a proposta de alfabetizar e ensinar pacientes em tratamento de hemodiálise mostra-se como uma proposta que, justamente, aceita mudanças e busca a inclusão de todos os participantes, independentemente de sua posição.

Alfabetização de Adultos

O conhecimento do sistema alfabético escrito, tanto pela criança como pelo adulto, passa por diferentes níveis.

O alfabetizando procura compreender a escrita à sua volta, formulando suas próprias hipóteses. Ele descobre que a escrita representa a fala. A movimentação é fazer o aluno paciente entender o caráter simbólico da linguagem falada: a escrita representa a fala, que representa o objeto, ou seja, a escrita silábica - silábica - alfabética e alfabética. Com 26 símbolos gráficos, podemos escrever tudo o que falamos.

Depois de descobrir a escrita silábica, mostrar que há uma forma padronizada de escrita, que é a ortografia. Cada pessoa não pode escrever como fala (nois, memo, pegamo...). Existe uma organização unificada para as letras, palavras, orações e textos. As regras básicas do sistema escrito convencional devem ser assimiladas pelos alunos: da constituição de palavras, sílabas, letras, da relação fonográfica do sistema alfabético da escrita.

Para Piaget (1979), o mais razoável é diagnosticar o conhecimento atual do aluno, o nível da sua concepção sobre o sistema escrito, visualizar etapas que faltam, compreender e organizar desafios para que ele avance. Paulo Freire, em seus trabalhos, insiste para que o conhecimento do educando seja respeitado (universo vocabular), pois isso o ajuda a superar sua consciência de mundo, o que se dá através do diálogo educativo.

É importante fazer com que o aluno, desde o início da alfabetização, tenha contato com variados modelos de constituição de sílabas dentro de um contexto que não é se não o próprio texto.

Por causa da heterogeneidade e dos diferentes níveis de concepção sobre a escrita, a alfabetização deve ser feita com acompanhamento individual, tarefas diferenciadas, em um

processo dialógico onde a intervenção do professor seja imediata, de modo a trabalhar os três pilares básicos da alfabetização da língua portuguesa: a oralidade, a leitura e a escrita.

Para recuperar o tempo, a metodologia precisa originar-se da linguagem cotidiana. É o ponto de partida para a aprendizagem da oralidade e da escrita, bem como para a multiplicidade do material didático, levando em conta o movimento do espaço clínico, que é diferente da sala de aula formal. A leitura é muito significativa nesse processo; é uma ação dinâmica e criativa. Como os bons textos literários desenvolvem o gosto pela leitura ajudam na aquisição de formas convencionais da escrita, assim são preparadas coletâneas de variados materiais de leitura e nas diversas formas de linguagem.

Além da possibilidade da leitura, é indispensável oferecer atividades variadas de escrita, a qual tem função transformadora, função social.

Em contato com a escrita é que o aluno, através dos conflitos cognitivos, formula suas hipóteses e vai aos poucos compreendendo o mecanismo do processo da linguagem (leitura - escrita).

As reflexões em torno dos princípios metodológicos deverão fundamentar todo o trabalho, desde a produção dos materiais didáticos até o planejamento e a avaliação.

Proposta de Paulo Freire

Segundo Ribeiro (1997), Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico pode ser entendido por esta sua célebre frase: "A leitura do mundo precede a leitura da palavra". Este estudioso elaborou um conjunto de procedimentos pedagógicos, o qual ficou conhecido como método Paulo Freire.

Para esse autor, o primeiro passo do alfabetizador deveria ser uma pesquisa sobre a realidade existencial do grupo onde vai atuar. Nesta pesquisa, ele deveria fazer um levantamento do universo vocabular, ou melhor, das palavras utilizadas pelo grupo para expressar sua realidade. Outro passo seria selecionar as palavras com maior densidade de sentido, que expressam as situações mais importantes. O passo seguinte seria selecionar um conjunto que contivesse os diversos padrões silábicos da língua para organizá-lo segundo a complexidade desses padrões. Dessa forma, o objetivo maior de tal proposta é levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem, como um ser capaz e responsável. O que caracterizava esta proposta educativa não era apenas a referência à realidade imediata dos adultos, mas principalmente a intenção de problematizar essa realidade.

Pacientes Renais Crônicas

As pessoas que por algum motivo perderam a função renal e se encontram na fase terminal da doença renal contam com três métodos de tratamento que substituem as funções do rim: a diálise peritoneal, a hemodiálise e o transplante renal. A diálise é definida por um processo artificial que tem como função a retirada, por filtração, de todas as substâncias indesejáveis acumuladas pela insuficiência renal crônica. Este processo pode ser realizado utilizando a membrana filtrante do rim artificial e/ou a membrana peritoneal. Existem dois tipos de diálise: a peritoneal e a hemodiálise.

A diálise peritoneal utiliza a membrana peritoneal, que reveste toda a cavidade abdominal do corpo, para filtrar o sangue. Neste tratamento, utiliza-se um catéter especial dentro da cavidade abdominal e, por meio dele, é introduzida uma solução aquosa semelhante ao plasma. Esta solução permanece por um período necessário para que as trocas sejam realizadas. Toda vez em que uma solução nova é introduzida dentro do abdômen e entra em contato com o peritônio, ela passa para a solução todos os tóxicos que devem ser retirados do organismo, realizando dessa forma a filtração, função do rim. Para realizar a mesma função de um rim normal trabalhando durante quatro horas, são necessárias 24 horas de diálise peritoneal ou 4 horas de hemodiálise. De acordo com as necessidades do paciente, este tratamento pode ser realizado em hospital ou no próprio domicilio do paciente.

Para realizar a hemodiálise, é necessário utilizar uma membrana dialisadora, formada por um conjunto de tubos finos, os filtros capilares. Neste tratamento, o sangue passa pelo filtro capilar; por isso, é fundamental ter um vaso resistente e suficientemente acessível que permita ser puncionado três vezes por semana com agulhas especiais. O vaso sanguíneo que apresenta estas características é obtido através de uma fístula artério-venosa (FAV). Esse procedimento é feito por um cirurgião vascular que une uma veia a uma artéria superficial do braço, permitindo assim que circule um fluxo de sangue superior a 250 ml/minuto. Durante quatro horas, um fluxo abundante de sangue passa pelo filtro capilar, retirando todas as impurezas do sangue. O rim artificial é comparado a uma máquina que controla a pressão do filtro, a velocidade e o volume do sangue que passa pelo capilar, o volume e a qualidade do sangue que banha o filtro.

Uma fístula artério-venosa com bom fluxo, um local com condições hospitalares, aparelhos adequados e assistência médica permanente são condições essenciais para uma hemodiálise de qualidade. É importante ressaltar que a hemodiálise tem a mesma capacidade de filtração de um rim humano, ou seja, uma hora de hemodiálise equivale a uma hora de funcionamento do rim normal.

A diálise se diferencia do rim normal por ser um processo que ocorre em três sessões de quatro horas, o equivalente a 12 horas semanais, ao passo que o rim normal trabalha na limpeza do organismo 24 horas por dia, sete dias da semana, totalizando 168 horas semanais. Dessa forma, um tratamento de diálise deixa o paciente 156 horas semanais sem filtração. Um paciente que é submetido ao tratamento de diálise pode trabalhar e viver bem, com boa qualidade de vida, realizando alguns cuidados com relação a sua saúde e a sua alimentação.

Como qualquer outro tratamento, a hemodiálise também tem seus riscos e apresenta algumas complicações que devem ser evitadas, como hipertensão arterial, descalcificação, anemia severa, desnutrição, hepatite e aumento de peso por excesso de água ingerida. Por isso, os médicos controlam e tratam os problemas clínicos em cada sessão de hemodiálise.

Durante o tratamento, os pacientes podem apresentar sensações de desconforto e de dor. Nessas condições, ficam severamente dependentes dos procedimentos e expostos a fatores estressantes, como a regulação da ingestão de alimentos líquidos e de medicamentos. Isso lhes dificulta as interações sociais, uma vez que ele é privado de sua liberdade, ficando sem suporte social.

Esses pacientes apresentam quadros depressivos. Muitos doentes não seguem recomendações médicas nem tomam cuidado com a alimentação. O seguimento das orientações na dieta renal pode ser difícil e estressante, devido às inúmeras restrições às quais os pacientes são submetidos.

O tratamento requer mudanças importantes na rotina de vida dos pacientes e da sua família. Toda essa rotina de procedimentos leva a limitações e alterações no movimento de vida, os quais dificultam suas interações sociais e sua manutenção de suporte social.

Como é possível perceber, o tratamento é muito delicado e lento, o que torna necessária a atenção de toda a equipe médica. Considerando que os pacientes submetidos à hemodiálise passam, em média, por uma rotina de três sessões por semana, com duração de aproximadamente quatro horas cada uma, a idéia é utilizar o tempo de tratamento para realizar diferentes atividades.

O Papel da Escola neste Século

Dessa forma, resta-nos perguntar: qual o papel da escola neste século como instrumento de transformação?

A busca do resgate da cidadania através do Projeto Alfabetização Cidadã se dá através do respeito à diversidade da condição do aluno e, principalmente, pela crença em que a educação é o principal aspecto do desenvolvimento humano. Neste aspecto, as relações a serem estabelecidas entre a sociedade civil (organizada ou não) e o meio acadêmico são sumamente importantes, uma vez que, se o meio acadêmico pode contribuir para o resgate da cidadania e para a inclusão social, cabe à sociedade civil sinalizar grupos de exclusão para o desenvolvimento do trabalho.

A escola, portanto, através de projetos e programas, surge como a grande parceira da sociedade e do governo no sentido de diminuir a exclusão social e de promover o resgate da cidadania.

Bibliografia

ALFABETIZAÇÃO. Disponível em Acesso em: 17 fev. 2006.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Democracia Local e Participação Popular. São Paulo: Cortez, 2000.
CIDADANIA. Disponível em Acesso em: 17 fev. 2006.
DEMO, Pedro. Participação é conquista. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
EDUCAÇÃO. Disponível em Acesso em: 17 fev. 2006.
EDUCAÇÃO. Disponível em Acesso em: 17 fev. 2006.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
IBGE. Disponível em Acesso em: 21 fev. 2006.
PIAGET, Jean. Aprendizagem e Conhecimento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.
REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas, p. 11-17, 1999.
ROSENFIELD, Denis L. O que é Democracia. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
SADER, Emir. Direitos e Esfera Pública. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXV, no. 77, p. 05-10, mar., 2004.
STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 27-134, 1988.
VIEIRA, Evaldo. O Estado e a Sociedade Civil perante o ECA e a LOAS. Revista de Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XIX, no. 56, p. 09-22, mar., 1998